

A REGIÃO AMAZÔNICA COMO NOVA FRONTEIRA À PRODUÇÃO HIDRELÉTRICA

Thirson Rodrigues de Medina¹, José Alves²

1. Bolsista do PET Geografia da Universidade Federal do Acre - UFAC; *thirsonpvh@gmail.com

2. Prof. Dr. Tutor do PET Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC, Rio Branco/Acre.

Palavras Chave: Amazônia. Hidrelétricas. Rio Madeira.

Introdução

O elemento água valorizado por suas propriedades minerais e universais como produto natural primordial à sobrevivência humana, assume no modo de produção capitalista a posição de recurso hídrico. Ostenta também o Brasil, no cenário global, colocação atualmente privilegiada em decorrência da posição estratégica da região Amazônica devido a abundância de corpos hídricos sujeitos ao processo de mercantilização. A proposta de investigação desta pesquisa, fundamenta-se em assinalar às ações que o Governo Federal adotou por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC1 e PAC2) para incorporar a região amazônica e, em especial, o rio Madeira para a instalação de Usinas Hidrelétricas (UHE's) representadas por Jirau e Santo Antônio no estado de Rondônia. Busca-se compreender a inserção da região Norte, em específico a Amazônia Ocidental, no planejamento de geração de energia hidrelétrica com o Complexo Hidrelétrico Madeira (CHM), símbolo expressivo de empreendimentos público-privado de grandes proporções, subsidiados via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Resultados e Discussão

Ao propormos entender as ações do governo federal no estímulo à política nacional de fortalecimento do programa energético, por meio das UHEs de Jirau e Santo Antônio, verifica-se a inserção da região Amazônica ao patamar de nova fronteira hidroenergética. Delineia-se, assim, as evidências estratégicas aplicadas por meio do poder público para a concretização dos empreendimentos hidrelétricos e a prioridade institucional em converter os recursos hídricos amazônicos em potencial produtivo. A pesquisa dos Planos Nacionais de Energia tem mostrado, conforme constato em Alves (2014), a materialização dos territórios do hidronegócio-energético tanto no contexto da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) como do PAC. O PAC executa entre suas medidas à instalação do CHM para a geração de energia hidrelétrica e sua distribuição via o Linhão do Madeira no trecho de 2.375 km, ligando as subestações de Porto Velho (RO) a de Araraquara (SP) com o Sistema Interligado Nacional. Portanto, beneficia o grande capital com ganhos econômicos, aplicando aportes de subsídios aos detentores dos empreendimentos, enquanto gera sérios impactos de ordem econômica, social, ambiental e territorial às populações ribeirinhas e camponesas que dependem do rio para sua sobrevivência. Além disso, no processo de construção das UHEs constata-se a intensa degradação

e precarização do trabalho, com jornadas exaustivas, terceirização, acidentes, mortes e desmandos de toda ordem à classe trabalhadora. Assim a geopolítica da água pactua com ditames capitalistas, via ação estatal com outorga de rios estratégicos a chancela de conjuntos de complexos hidroelétricos, como o caso do Madeira. No afã irrestrito de se apropriar dos corpos hídricos e transformá-los, juntamente com o patrimônio natural, em recurso econômico, aplica-se com eficácia as potencialidades do rio Madeira para que suas águas se transformem em matéria prima mercantilizada à serviço da reprodução ampliada do capital e não da dignidade e do desenvolvimento social e territorial das famílias atingidas.

Conclusões

Assim sendo, as considerações permitem entender a materialização no espaço amazônico do avanço do grande capital construtor, por meio da outorga do Estado brasileiro para a geração de energia hidrelétrica nos grandes rios, elevando a Amazônia mais uma vez à região prioritária nacional para pilhagem dos recursos naturais. O entendimento da ação dos investimentos em mega UHEs, em impelir parcela significativa de moradores ribeirinhos e comunidades tradicionais de suas localidades, desterritorializando-os ao alterar a dinâmica do rio e de suas vidas, são impactos importantes constatados na análise. Ao entendermos como se deu o processo de territorialização de Jirau e Santo Antônio no âmbito amazônico, é impossível identificar o chamado “desenvolvimento sustentável”, muito menos, para quem se destina esse desenvolvimento que vai além do que as empresas apregoam no sentido de crescimento regional e melhorias na qualidade de vida às famílias diretamente impactadas pelos consórcios construtores.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Educação Tutorial PETGEOGRAFIA da Universidade Federal do Acre.

ALVES, J. **As Revoltas dos Trabalhadores em Jirau (RO):** degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. Presidente Prudente: [s.n.], Tese (Doutorado em Geografia), 2014. 671 f.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Nacional de Energia - PNE 2030 – v.3 Geração Hidrelétrica**, 2007. Disponível em: < http://www.epe.gov.br/PNE/20080512_3.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **PAC 2º Balanço 2015-2018, Ano I**. Disponível em: <<http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/23216159149151fbfbcedb1d57dff510.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2016.